

## APRESENTAÇÃO

### DISCURSO E VIOLÊNCIA: DAS EVIDÊNCIAS ÀS CAMUFLAGENS NA ARTICULAÇÃO SIMBÓLICA

DOI 10.20873/uft2179-3948.2021v12n1p1-5

**Ernesto Sérgio Bertoldo<sup>1</sup>**

**Lúcia Maria de Assis<sup>2</sup>**

**João de Deus Leite<sup>3</sup>**

**Janete Silva dos Santos<sup>4</sup>**

*Mas na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes ou venenos. Toda luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um 'equivoco': a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa.<sup>5</sup>*

A violência se manifesta por diferentes modos/atos/relações nas sociedades, associada muitas vezes à força física. Mas, perspectivada na prática discursiva de seus membros, tem sua plasticidade condicionada a procedimentos que implicam re/ordenamentos, os quais des/equilibram continuamente as relações e o jogo de poder entre os sujeitos, operando-se entre enfrentamentos, estranhamentos, silêncios e sutilezas de diversificadas feições, sejam das mais sensíveis, sejam das mais invisíveis aos envolvidos na relação/interação e/ou ao rastreamento analítico do pesquisador/ observador (muito ou pouco) atento.

Esse foco costura o presente dossiê, que propõe, como recorte dessa vasta temática, examinar e/ou problematizar aspectos da violência no cenário brasileiro, operada direta ou indiretamente pela ou a partir da palavra (matizada significativamente, para nós, pelo tom althusseriano da epígrafe) em sua relação com outros signos, que produz, retoma, apaga e movimenta sentidos nas práticas sociais, cujos efeitos marcam e definem discursos de violência no contexto aqui destacado. Seguindo essa linha, este leque de reflexões está organizado em dez artigos, dois ensaios e três entrevistas, os quais, no conjunto, abordam, por diferentes perspectivas, a relação entre discurso e violência. Assim, o leitor encontrará recorte de cenas midiáticas, literárias, institucionais etc., tomadas para reflexão neste dossiê, seja nos artigos, seja nos ensaios, seja nas entrevistas, possibilitando ampliação dos diálogos de seu interesse.

Vale destaca ainda que, embora assumindo neste dossiê a tarefa de fomentar a reflexão e o debate em torno da violência no Brasil, não estamos inscritos na discursividade de que a violência, em nosso país, é um acontecimento dos últimos tempos. Não é, sobretudo, um acontecimento após alguns marcos eleitorais da política brasileira. Inscritos nessa

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

<sup>4</sup> Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

<sup>5</sup> ALTHUSSER (apud: PÊCHEUX, 2014, p. 195 [PÊCHEUX. M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.]

discursividade, muitos propuseram, e ainda propõem, eventos e datas para o suposto início de um “Brasil violento”. Se não é o início, para outros, trata-se do acirramento de um “Brasil violento”. Nesse campo de dispersão de discursividades sobre a violência, ancorando diferentes tomadas de posição, uma questão parece se apresentar com veemência: diante do dever de transmissão e de problematização da temática, somos levados a ocupar lugares, fazendo trabalhar alcances discursivos contingentes e necessários.

Uma vista d’olhos, na internet, por meio de buscas orientadas, no *Google*, ao darmos o comando a partir do sintagma “Brasil violento”, evidencia a ocorrência de aproximadamente 90.100.000 resultados. Em apelo à exemplificação, podemos fazer menção à primeira entrada dessa busca. Trata-se de uma notícia, intitulada “Brasil é o segundo país mais violento da América do Sul, aponta ONU<sup>6</sup>”, do Portal de Notícias G1, na seção “Mundo”. O tom discursivo da notícia foi tematizar as taxas de homicídio intencional no mundo no ano de 2017. Há destaque, na notícia, para o lugar ocupado pelo Brasil, se considerarmos os países da América Central e América do Sul. O Brasil ocupa o 2º lugar de país mais violento no território sul-americano.

Outra vista d’olhos, na internet, só que, desta vez, a partir de uma busca por meio do enunciado “Brasil violento e eleição”, expressa aproximadamente 5.480.000 ocorrências com a temática. A primeira entrada dessas ocorrências refere-se a uma notícia com o título “Brasil encerra uma de suas campanhas eleitorais mais violentas<sup>7</sup>”, do Portal “DW”, na seção “Brasil”. A tônica da notícia foi ressaltar os diferentes atos de violência praticados, durante o período eleitoral nos municípios em 2020. A discursivização desses atos está fundamentada no fato de que as práticas de violência, nessa eleição, evidenciam atos que se acentuaram após as eleições de 2018.

Esses dois exercícios de busca, na internet, servem-nos de base para circunscrever a necessidade e a relevância dessa temática. Poderíamos constituir qualquer arquivo de pesquisa, como modo de circunscrever a questão da violência no espaço sócio-simbólico brasileiro. Este dossiê se configura, portanto, como uma circunscrição à temática da violência como forma político-simbólica de fazer circular discursividades sobre o tema. Como discurso, a violência é alçada à condição de *processo discursivo* em que a relação entre linguagem, sujeito e história é fundamento. Sendo assim, a violência, em sua espessura discursiva, tem variadas formas sócio-históricas e ideológicas de constituição, de formulação e de circulação na sociedade. Sob diferentes aportes teóricos, o trinômio “arquivo”, “sujeito” e “memória” recebeu tratamento, a ponto de expor o olhar leitor ao funcionamento dos discursos *de* e *sobre* a violência no Brasil.

É sabido, na esteira de Freud (1930), que a violência, como prática social, acompanha o homem desde a sua constituição na cultura. Contudo, também a partir dessa constituição, o homem pode elaborar, simbolicamente, os estados mais primitivos para se (re)lançar a outras dimensões na sociedade, que não seja a (auto)destruição. Freud (1930), e tantos outros teóricos, legou-nos a formulação de que uma leitura do Eu pressupõe uma leitura do social. Na esteira dessa formulação, o que este dossiê põe em evidência é o tratamento teórico-analítico da violência, como prática social, considerando os diferentes recortes espaciais e temporais construídos pelos autores dos diferentes artigos e entrevistas que compõem o dossiê em questão.

Abrindo a seção, Possenti e Oliveira, em “Violência e perversidade discursiva”, põe em foco um acontecimento singular no cenário brasileiro: a imputação de genocídio feita ao atual

<sup>6</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/08/brasil-e-o-segundo-pais-mais-violento-da-america-do-sul-aponta-onu.ghtml>. Acesso no dia 10 de junho de 2021.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/brasil-encerra-uma-de-suas-campanhas-eleitorais-mais-violentas/a-55590972>. Acesso no dia 10 de junho de 2021.

presidente da República por conta da questionada condução da pandemia no país, abordando, assim, o conceito de violência verbal ao problematizar o uso de estratégias dissimulatórias em discursos de feições eugenistas com fins de minimizar seu potencial violento.

Mariani, Leite e Silva, em “O golpe de 1964 na ordem do dia: memória e silenciamento no processo discursivo de legitimação da violência de estado”, marcando gesto de análise na perspectiva da análise de discurso materialista, investigam efeitos de sentido sobre a violência de Estado a partir de três documentos institucionais, emitidos pelo Ministério da Defesa do atual governo nos anos de 2019, 2020 e 2021, em comemoração alusiva ao golpe de 64. As autoras, ao interrogarem essas materialidades com fins de compreender os modos linguageiros de produção da violência do Estado, apontam o apagamento que os documentos fazem sobre a versão dos afligidos pelo golpe no intuito de produzir e saturar sentidos que configurem as ações violentas das Forças Armadas como favoráveis ao bem-comum.

Poll e Landin, no artigo “Memória social e esquecimento: o município, a escola e os direitos humanos”, inquietas com a ausência de referências contemporâneas à história de violações de Direitos Humanos ocorridas no município de Barra Mansa, interior do estado do Rio de Janeiro, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), advogam, à luz da perspectiva analítica de Pollak, a favor do “direito à memória e a necessidade de uma educação alicerçada nas diretrizes curriculares nacionais”, ao reconhecerem, mediante levantamento junto a estudantes egressos da rede pública de ensino da cidade, o desconhecimento sobre a violação aos direitos humanos que marcou a história da cidade durante a ditadura militar.

Alves e Lousada, no ensaio “Escrita feminina e militância no Brasil Meridional: Julieta de Melo Monteiro e duas de suas bandeiras de luta (abolicionista e federalista)”, refletem sobre a escrita feminina, destacando o trabalho de Julieta de Melo Monteiro, escritora sul-rio-grandense que alçou reconhecimento a partir da sua luta pela emancipação feminina, engajando-se também na luta pela abolição da escravatura, bem como na resistência a um regime ditatorial.

Oliveira, no trabalho “Entre fios: Liniane Haag Brum e Maria Pilla”, apresenta-nos duas obras, enquadradas como literatura de testemunho, de duas autoras, Liniane Brum e Maria Pilla, destacando em cada uma, respectivamente, a Guerrilha do Araguaia e as ditaduras do Brasil e da Argentina.

Alves, no artigo “A perda da autoridade do narrador como recurso formal na representação da violência em *K. – relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, argumenta em favor da hipótese de que a obra de Bernardo Kucinski estabelece a perda da autoridade do narrador onisciente como recurso formal na representação da violência do regime militar de 1964-1985.

No artigo “A vida é a margem: a violência no romance de Josué Luz”, Melo e Carmo, em seu gesto de leitura sobre as violências no respectivo romance, tomando o texto como arquivo, destacam o funcionamento das discursividades concernentes à violência no campo, à violência contra os homossexuais e à violência contra a mulher.

Silva e Costa, em “Manifestação da violência no conto Rolézim, de Giovani Martins”, prescrutando o registro das agressões experimentadas pelas personagens marginalizadas por sua condição social, analisam a manifestação da violência simbólica no conto Rolézim, publicado em 2018, assumindo o potencial da literatura como um importante mecanismo de desvelamento desse tipo de violência, uma vez que, por meio da ficção, orienta o olhar do leitor para a realidade cotidiana das grandes cidades.

No ensaio “A violência contra a mulher ressignificada nos ambientes cibernéticos: uma breve análise do romance *Mulheres Empilhadas*, de Patrícia Melo”, Vago analisa a violência contra a mulher ressignificada por meio da internet no romance *Mulheres Empilhadas*, de Patrícia Melo, refletindo de que maneira a violência contra a mulher, ultrapassando as fronteiras físicas e sexuais, chega aos ambientes cibernéticos, como instrumento de vingança, perversão e formação de comportamentos masculinos, de quem os atos contra a mulher, vistos pela ótica de uma narradora sem nome, pode retratar uma nova realidade da violência no Brasil.

No artigo “O trauma em cena: memória e resistência na poesia de Alex Polari”, debruçando-se sobre a obra, de caráter testemunhal, *Camarin de prisioneiro*, Santana reflete, no livro em tela, sobre a questão da memória, sobretudo a traumática, a partir do poema “Final de espetáculo”, de Alex Polari, militante e preso político na ditadura civil-militar brasileira.

Leite e Carneiro, no artigo “Discurso, arquivo e violência na Amazônia legal: uma análise discursiva do informativo ‘Voz do Norte’”, problematizam as formulações linguísticas que versam sobre os conflitos agrários na região de abrangência de Tocantinópolis, ocorridos na década de 80, analisando como os acontecimentos de violência, que se instauraram na época em que essa área ainda estava sob o domínio de Goiás, foram discursivizados pelo informativo “Voz do Norte”.

Em “Violência simbólica da polarização: estratégia discursiva de desqualificação do outro no discurso público-institucional”, que fecha a seção, Ribeiro, Fonseca e Santos analisam efeitos de sentido em torno da polarização político/ideológica, mobilizada como estratégia para desconstruir o outro junto à opinião pública. A análise volta-se para a polarização construída em fragmentos discursivos que circulam e se (re)produzem no espaço virtual, com objetivo de compreender como se dá a formulação, a constituição e a circulação dessas discursividades na rede.

A primeira entrevista, que compõe este dossiê, concedida por Dominique Maingueneau a Márcio Cano e à Lúcia Assis, aborda a Análise de Discurso no Brasil e na França, bem como indaga sobre o discurso de violência. Nela, cotejando, sob sua perspectiva, fato e acontecimento discursivo, Maingueneau discorre como a pandemia da presente época existe efetivamente porque é também um fato discursivo, considerando, por exemplo, que outra já ocorrera na França/Europa sem que tenha sido tomada como acontecimento digno de reflexão midiática, figurando, então, como inexistente para certos sistemas e, conseqüentemente, para muitas pessoas, pois não fora discursivizada com a força que a Covid-19 vem sendo. Reforça assim como fatos sociais e discurso são indissociáveis.

Na segunda entrevista oferecida à apreciação do leitor, Leite, Bertoldo e Santos interrogam o professor e psicanalista Cássio Miranda sobre a violência à luz da psicanálise freudo-lacaniana. Para Miranda, a violência, nessa perspectiva, é vista de antemão como um sintoma social da presente época, pois manifestação ou efeito da pulsão de morte que, segundo o entrevistado, “se refere a tendências destrutivas, como a violência e a segregação, por exemplo”, mas, destaca, que integra, na perspectiva freudiana, o trabalho da civilização, noção atualizada em Lacan e ainda pontuada na abordagem de Miranda, a qual o leitor poderá identificar na entrevista completa.

A terceira entrevista, feita por Lúcia Assis, indaga o historiador volta-redondense Edgard Bedê sobre sua intensa participação na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda “Dom Waldyr Calheiros” e sua contribuição para a memória sobre a ditadura civil-militar de 64. Bedê explica como sua pesquisa evidencia que Dom Waldyr Calheiros foi “principal sujeito da resistência civil contra os arbítrios e violações dos Direitos Humanos em

nossa cidade”. A análise cuidadosa sobre a Comissão da Verdade relativa à ditadura leva o historiador a pontuar que ela teria sido um dos motores do golpe de 2016, que derrubou a presidenta Dilma Rouseff, responsável pela instalação da referida Comissão em âmbito nacional.

Para finalizar, além do dossiê, este número oferece à comunidade acadêmico-científica, e a demais interessados, sete relevantes artigos de temática livre, bem como seis produções literárias de diferentes autores. Aos visitantes, desejamos inspiradoras (e inquietantes) leituras.